

**ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE  
DO TURISMO NACIONAL  
DESTINOS INDUTORES  
DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL**

RIO BRANCO

2013



## APRESENTAÇÃO

Com o intuito de auxiliar destinos turísticos, fornecendo informações que contribuam para a análise, a conjugação e o equilíbrio dos diversos fatores que, para além da atratividade, contribuem para a evolução da atividade turística, o Ministério do Turismo, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) e a Fundação Getulio Vargas (FGV) deram início, em 2008, ao Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. Em 2010, o Estudo de Competitividade passou a ser denominado Índice de Competitividade do Turismo Nacional – 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional.

A metodologia que gera índices em 13 dimensões ligadas à atividade turística permite monitorar a eficiência de um destino turístico sob a ótica da competitividade – conceito que impulsiona o destino a superar-se ano após ano, proporcionando ao turista uma experiência cada vez mais positiva.

Este índice tem o intuito de mensurar, de forma objetiva, diversos aspectos – entre eles os econômicos, sociais e ambientais – que indicam o nível de competitividade dos destinos turísticos. A partir da identificação e do acompanhamento de indicadores objetivos, e da geração de um diagnóstico da realidade local, torna-se mais viável a definição de ações e de políticas públicas que visem ao desenvolvimento da atividade turística.

O presente relatório apresenta individualmente os valores que o destino obteve nas 13 dimensões abordadas pelo estudo e reúne as análises sobre os resultados consolidados. Tais resultados foram gerados a partir de respostas coletadas no município pela Fundação Getulio Vargas de maio a agosto de 2013.

Com este documento, o Ministério do Turismo, o Sebrae Nacional e a FGV esperam fornecer aos destinos turísticos indicadores nacionais de eficiência que delineiem um termômetro da realidade da atividade no País. Conhecendo os aspectos passíveis de mensuração, cada destino verá ampliada sua capacidade de gestão dos recursos disponíveis e de intervenção sobre seus pontos fortes e fracos.

Ministério do Turismo

Sebrae Nacional

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| APRESENTAÇÃO.....                                   | 2  |
| SUMÁRIO.....  | 3  |
| 1. ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE .....                  | 4  |
| 2. RESULTADOS .....                                 | 6  |
| 2.1. Índice geral .....                             | 6  |
| 2.2. Infraestrutura geral .....                     | 9  |
| 2.3. Acesso .....                                   | 10 |
| 2.4. Serviços e equipamentos turísticos .....       | 12 |
| 2.5. Atrativos turísticos .....                     | 14 |
| 2.6. Marketing e promoção do destino .....          | 16 |
| 2.7. Políticas públicas.....                        | 18 |
| 2.8. Cooperação regional.....                       | 20 |
| 2.9. Monitoramento .....                            | 22 |
| 2.10. Economia local .....                          | 24 |
| 2.11. Capacidade empresarial.....                   | 25 |
| 2.12. Aspectos sociais .....                        | 27 |
| 2.13. Aspectos ambientais.....                      | 28 |
| 2.14. Aspectos culturais.....                       | 30 |
| 3. BALANÇO GERAL – ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE ..... | 33 |

## 1. ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE

A fim de dar continuidade ao trabalho iniciado em 2008, o Ministério do Turismo (MTur), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) e a Fundação Getulio Vargas (FGV) consolidam, no presente documento, os resultados da edição 2013 do *Índice de Competitividade do Turismo Nacional*.

Para realizar este estudo, pesquisadores da Fundação Getulio Vargas permanecem uma semana em cada destino aplicando um questionário com perguntas que incluem dados primários e secundários em 13 dimensões – Infraestrutura geral, Acesso, Serviços e equipamentos turísticos, Atrativos turísticos, Marketing e promoção do destino, Políticas públicas, Cooperação regional, Monitoramento, Economia local, Capacidade empresarial, Aspectos sociais, Aspectos ambientais e Aspectos culturais.

Todas as perguntas que integram as 13 dimensões do questionário compõem o Índice de Competitividade do destino, ou seja, mensuram ***a capacidade crescente de um destino de gerar negócios nas atividades relacionadas com o setor de turismo, de forma sustentável, proporcionando ao turista uma experiência positiva.***

Com base nas informações coletadas, foram atribuídos pontos às perguntas e pesos às variáveis, gerando índices para cada dimensão. Utilizou-se, por sua vez, um conjunto de pesos na ponderação das dimensões, que resultou em um índice global de competitividade do destino.

Para fins de análise, os índices de competitividade foram divididos em cinco níveis com escala de 0 a 100<sup>1</sup>:

**Nível 1:** intervalo entre 0 e 20;

**Nível 2:** intervalo entre 21 e 40;

**Nível 3:** intervalo entre 41 e 60;

**Nível 4:** intervalo entre 61 e 80;

---

<sup>1</sup> Para o posicionamento em níveis, segundo a escala proposta, utilizou-se o critério de arredondamento das pontuações. Por exemplo: abaixo de 20,4, a pontuação posicionou-se no nível 1 (entre 0 e 20); acima de 20,5, classificou-se no nível 2 (entre 21 e 40), e assim por diante.

**Nível 5:** destinos com índices entre 81 e 100.

Serão apresentados, portanto, os resultados consolidados do destino em 2013: o índice geral de competitividade do destino e o indicador em cada uma das 13 dimensões avaliadas. O documento apresenta ainda a média Brasil (média dos indicadores obtidos pelos 65 destinos) e a média das cidades capitais. Estes dados poderão ser comparados aos resultados obtidos nos anos anteriores, o que permitirá observar a evolução dos índices, graças à série histórica que vem sendo construída.

Para que o município avaliado possa comparar os resultados das cinco edições da pesquisa, é importante observar os critérios estatísticos nos quais esse levantamento se baseia. Considerou-se que o índice se manteve estável em casos de aumento ou queda de até 1,0 ponto na comparação dos indicadores entre anos seguidos. Isto é, para que o destino considere um índice como evolução ou regressão, é preciso que a diferença entre os resultados das pesquisas seja superior a 1,0 ponto, para mais ou para menos, no total geral ou em qualquer uma das 13 dimensões.

Uma vez conhecidos os índices nacionais de competitividade (média Brasil e média das capitais), recomenda-se que cada destino analise seus resultados de forma crítica, ponderando questões ligadas às suas características geográficas, econômicas e ao posicionamento, a fim de entender que os resultados de determinada dimensão serão influenciados por esses fatores. Dessa forma, não se espera que alguns destinos alcancem, necessariamente, o índice mais alto em todas as dimensões. Isso é especialmente aplicado a alguns destinos não capitais ou que estejam direcionados a nichos específicos de mercado.

Uma leitura criteriosa e consciente dos índices obtidos poderá fornecer referências para um planejamento que favoreça os pontos fortes e minimize os impactos de aspectos inibidores do desenvolvimento do destino turístico.

O principal objetivo deste relatório é permitir que os destinos estudados utilizem essas informações para planejar e tirar partido de vantagens competitivas, norteando a elaboração de políticas públicas que eliminem, gradativamente, os entraves ao desenvolvimento sustentável da atividade turística.

## 2. RESULTADOS

A pesquisa em Rio Branco foi realizada entre os dias 10 e 14 de junho de 2013, período em que foram entrevistados diversos representantes dos setores público e privado, associações de classe, entre outros, para coletar os dados que compõem o índice de competitividade do destino.

Aplicou-se, também, o método de observação *in loco* para a avaliação dos destinos. Em complemento aos dados coletados em campo, a pesquisa utilizou diversas informações disponíveis em fontes oficiais.

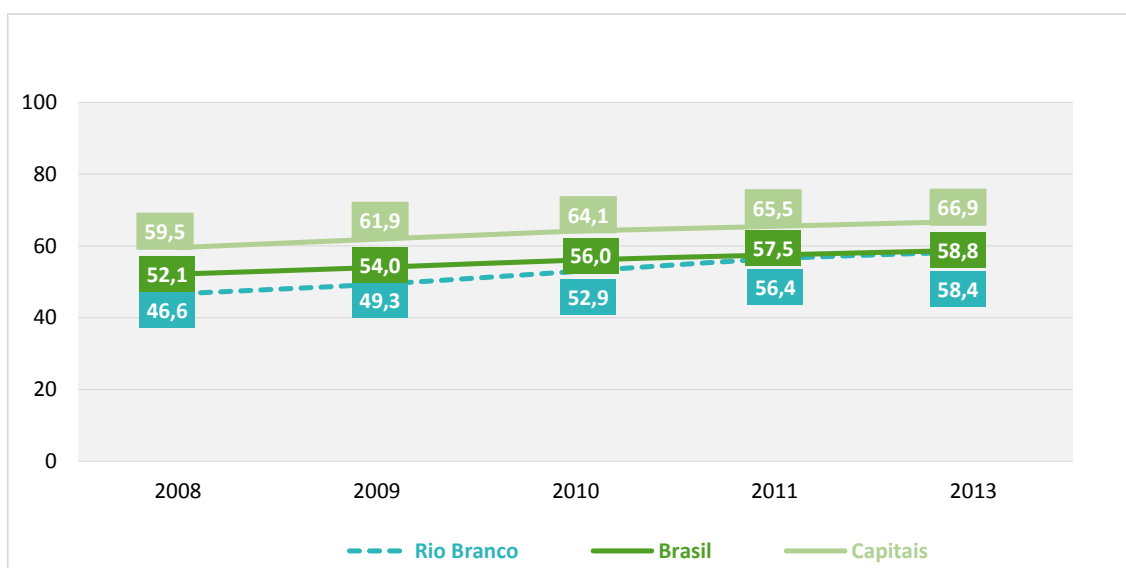
Além dos índices alcançados pelo destino em cada dimensão, serão destacados, a seguir, os principais fatores que contribuíram para tais resultados.

### 2.1. Índice geral

O índice geral de competitividade do destino turístico indutor refere-se à soma ponderada das 13 dimensões avaliadas.

O índice geral do destino em 2013 foi de 58,4 (nível 3). Esse resultado, apresentado no gráfico a seguir, ficou acima do índice obtido em 2011 (56,4):

**Gráfico 1. Índices gerais de competitividade – destino x Brasil: 2008-2013**

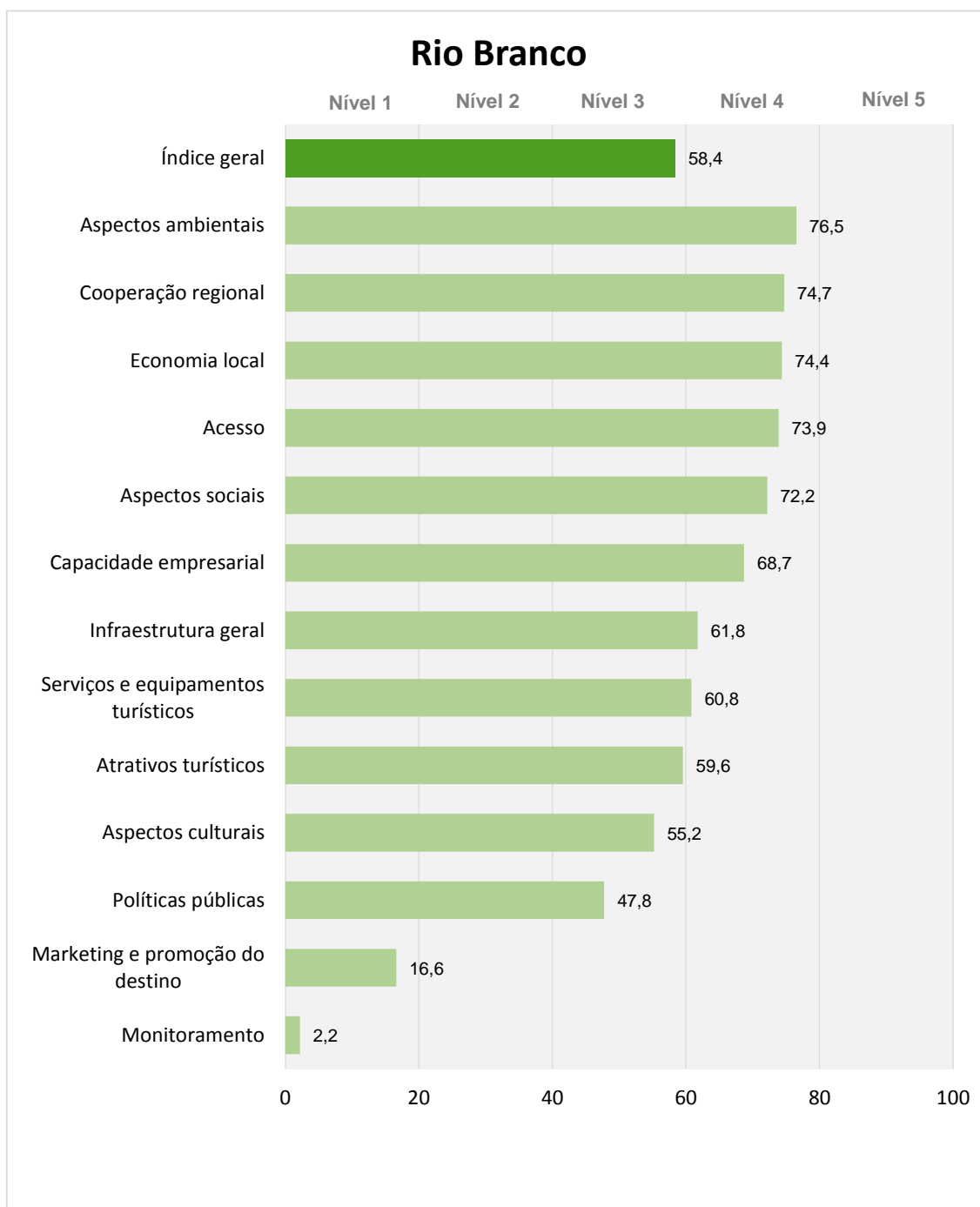


Observa-se no Gráfico 1 o comportamento dos indicadores do destino ao longo das cinco edições da pesquisa. Em 2013, o índice evoluiu, mantendo-se no mesmo nível de competitividade que 2011.

O Gráfico 1 apresenta a média Brasil e média das capitais, demonstrando que o índice do destino seguiu a tendência nacional de evolução gradual. Considerando os resultados obtidos por todos os 65 destinos avaliados em 2013, a média Brasil, índice referencial da competitividade nacional, foi de 58,8. A média dos índices das capitais foi de 66,9.

Os resultados apresentados a seguir apontam que, das 13 dimensões avaliadas, as que obtiveram melhores desempenhos, com índices acima do nível 4 (61 a 80), foram Aspectos ambientais, Cooperação regional, Economia local, Acesso, Aspectos sociais, Capacidade empresarial, Infraestrutura geral e Serviços e equipamentos turísticos conforme o gráfico a seguir. Por sua vez, as dimensões com os menores níveis de competitividade são Marketing e promoção do destino e Monitoramento, as quais não **ultrapassaram o nível 2 (abaixo de 40,4)**.

**Gráfico 2. Índices por dimensão em ordem decrescente de desempenho**



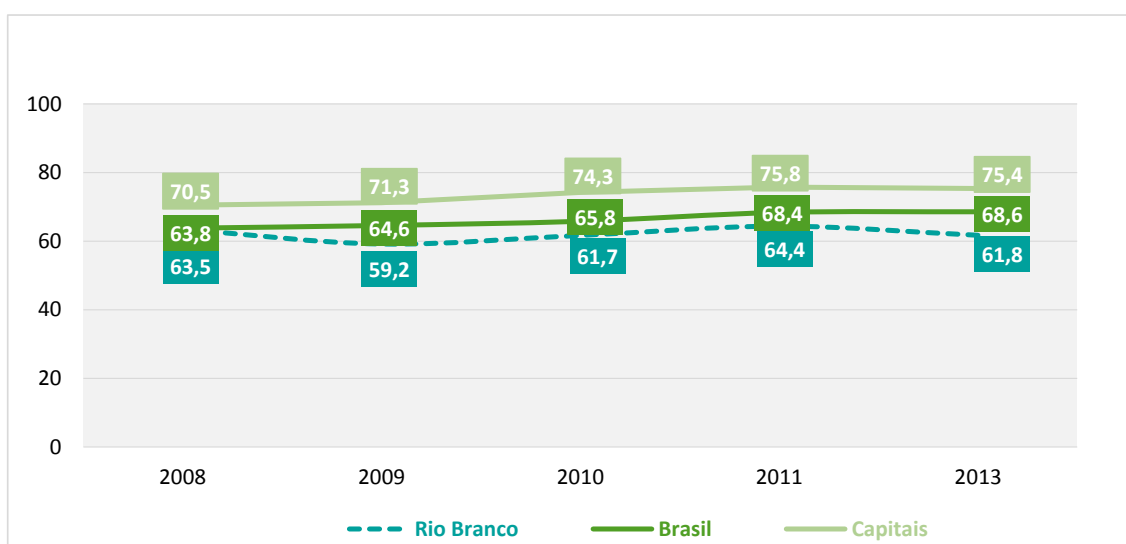


## 2.2. Infraestrutura geral

O *Índice de Competitividade do Turismo Nacional* considerou as seguintes variáveis referentes à *Infraestrutura geral*: (i) capacidade de atendimento médico para o turista no destino; (ii) fornecimento de energia; (iii) serviço de proteção ao turista; e (iv) estrutura urbana nas áreas turísticas.

Em *Infraestrutura geral*, a média Brasil em 2013 foi de 68,6. Rio Branco registrou 61,8 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice estável em relação ao do obtido pelo destino em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 3. Índices Infraestrutura geral – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das capitais avaliadas foi de 75,4 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva por fatores, tais como:

- Disponibilidade, no destino, de serviço público de atendimento médico em emergências 24 horas;
- Presença de Corpo de Bombeiros com grupo de busca e salvamento;
- Existência de Defesa Civil no destino;
- Existência de elementos de drenagem nas áreas turísticas;
- Presença de órgão responsável pela conservação urbana – Secretaria Municipal de Serviços Urbanos; e

- Disponibilidade de lixeiras, abrigos de ônibus, iluminação e telefones públicos no entorno das áreas turísticas.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- O atendimento de emergências médicas 24 horas tem nível de complexidade que atende apenas primeiros socorros;
- Fornecimento descontínuo de energia elétrica no período de alta temporada;
- Ausência de grupamento de polícia especializado no atendimento ao turista;
- Inexistência de programa de proteção ao turista na Polícia Civil; e
- Ausência de banheiros públicos no entorno das áreas turísticas.

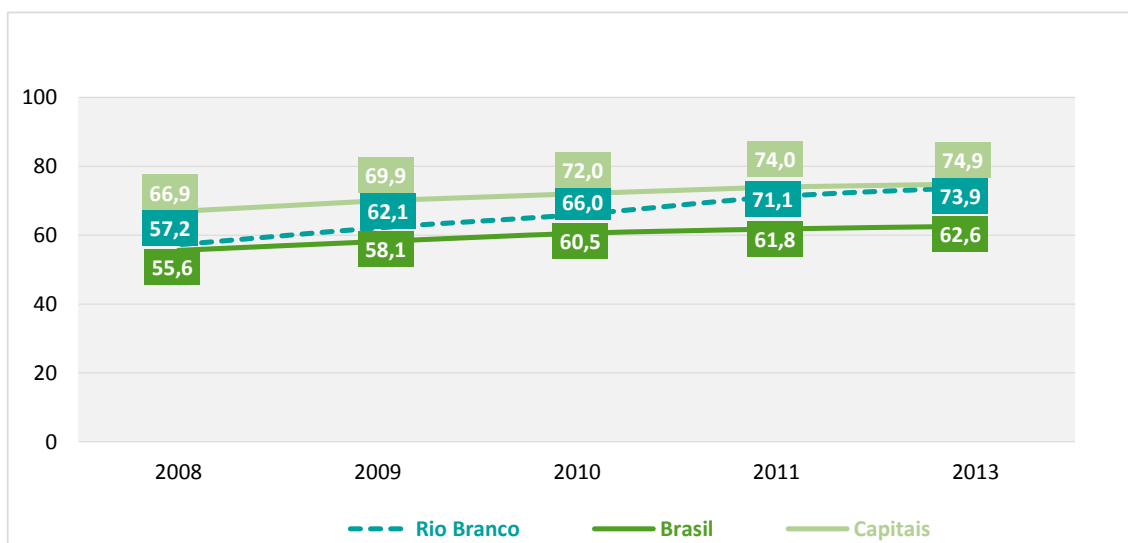
Além desses fatores, foram considerados na composição do índice, indicadores de saúde como a expectativa de vida da população, o número de estabelecimentos com atendimento de urgência, o número de postos ambulatoriais de atendimento, o número de profissionais de saúde e o número de leitos.

### **2.3. Acesso**

Nesta dimensão foram consideradas as seguintes variáveis: (i) acesso aéreo; (ii) acesso rodoviário; (iii) acesso aquaviário; (iv) acesso ferroviário; (v) sistema de transporte no destino; e (vi) proximidade de grandes centros emissores de turistas.

Em *Acesso*, a média Brasil em 2013 foi de 62,6. O destino registrou 73,9 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 4. Índices Acesso – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das capitais avaliadas foi de 74,9 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Entre os fatores que contribuíram favoravelmente para o índice de competitividade do destino nesta dimensão, constam:

- Aeroporto dentro do território municipal – Aeroporto Plácido de Castro ou Aeroporto de Rio Branco, com centro de atendimento ao turista, lojas, bares e restaurantes, locadoras de veículos, Infraero, facilidade para pessoas com deficiência e sinalização interna em idioma estrangeiro;
- Opções de transporte público ou concessões para atender àqueles que desembarcam no terminal aéreo Aeroporto Plácido de Castro ou Aeroporto de Rio Branco – táxi convencional, conforme visita técnica ao município;
- Existência de um terminal rodoviário no destino com centro de atendimento ao turista, lojas, bares e restaurantes, serviço bancário, facilidades para pessoas com deficiência e sinalização interna em idioma estrangeiro;
- Oferta de transportes para o deslocamento dos que embarcam e desembarcam na rodoviária – ônibus convencional, ônibus executivo com ar condicionado e táxi convencional;
- Disponibilidade de vagas públicas para estacionamento nas áreas turísticas;
- Linhas de transporte urbano que atendem às principais atrações turísticas; e
- Serviços de táxi regularizados e padronizados.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador, constam os seguintes:

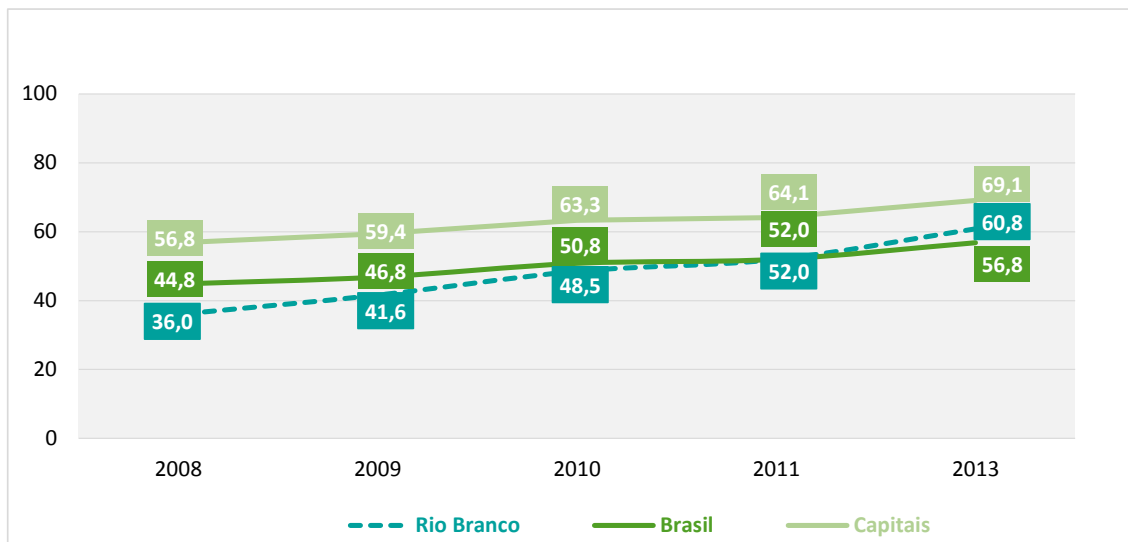
- Inexistência de linha regular de transporte turístico (ônibus ou similar) que interligue os principais atrativos do destino;
- Existência de congestionamentos no destino; e
- Oferta escassa de ligações aéreas diretas entre o aeroporto do destino e seus principais centros emissores de turistas nacionais e internacionais.

#### **2.4. Serviços e equipamentos turísticos**

A dimensão *Serviços e equipamentos turísticos* contemplou as seguintes variáveis: (i) sinalização turística; (ii) Centro de Atendimento ao Turista - CAT; (iii) espaços para eventos; (iv) capacidade dos meios de hospedagem; (v) capacidade do turismo receptivo; (vi) estrutura de qualificação para o turismo; e (vii) capacidade dos restaurantes.

Em *Serviços e equipamentos turísticos*, a média Brasil em 2013 foi de 56,8. O destino registrou 60,8 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 5. Índices Serviços e equipamentos turísticos – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das capitais avaliadas foi de 69,1 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva pela verificação de fatores, entre os quais:

- Sinalização turística viária nos padrões internacionais recomendados pelo Mtur;
- Existência de Centros de Atendimento ao Turista no destino, localizados nos principais pontos turístico, no aeroporto e na rodoviária, e que oferecem diversos serviços, como contato dos prestadores de serviços turísticos, informações e material promocional sobre o destino e de outros destinos da região e totens de mapas turísticos;
- Oferta de espaços para a realização de eventos – salas modulares, parque de exposições e salas em hotéis para eventos de pequeno/médio porte;
- Cumprimento de quesitos de acessibilidade na maioria dos meios de hospedagem;
- Presença de empresas de receptivo que oferecem diversos serviços aos turistas, inclusive com atendimento em idioma estrangeiro;
- Disponibilidade de guias de turismo registrados pelas normas do MTur;
- Existência de organização representativa de guias;

- Instituições de qualificação profissional que oferecem cursos livres e técnicos de capacitação nas áreas relacionadas ao turismo, como de bares e restaurantes, guias de turismo, hotelaria, turismo e gastronomia;
- Existência de instruções próprias para orientar empresas e ambulantes, que vendem refeições ao público, a respeito da higiene na preparação dos alimentos; e
- Presença de restaurantes que fortalecem a gastronomia regional.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador, constam os seguintes:

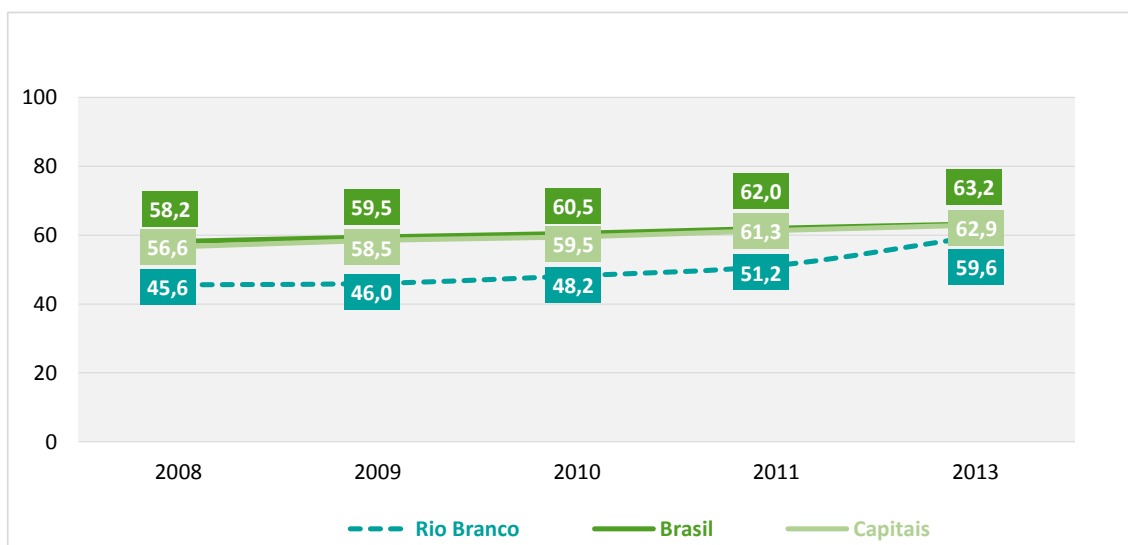
- Cobertura da sinalização turística viária e inexistência de sinalização turística em idioma estrangeiro;
- Ausência de um centro de convenções que atenda ao destino;
- Ausência de políticas locais de incentivo ao uso de tecnologias que priorizem a questão ambiental em estabelecimentos de hospedagem; e
- Ausência de oferta local de serviços para qualificação profissional – cursos de graduação - em áreas relacionadas ao turismo.

## 2.5. Atrativos turísticos

Na dimensão *Atrativos turísticos*, o *Estudo de Competitividade* analisou as seguintes variáveis: (i) atrativos naturais; (ii) atrativos culturais; (iii) eventos programados; e (iv) realizações técnicas, científicas ou artísticas.

Em *Atrativos turísticos*, a média Brasil em 2013 foi de 63,2. O destino registrou 59,6 nessa dimensão em 2013 (nível 3), um índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 6. Índices Atrativos turísticos – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das capitais avaliadas foi de 62,9 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva por diversos fatores, entre os quais:

- Existência de atrativos naturais para os quais há fluxo turístico, tais como: Parque Chico Mendes, Horto Florestal e Parque Capitão Cirico;
- Evidência de conservação ambiental do entorno do principal atrativo natural indicado – Parque Chico Mendes –, conforme observado em visita técnica;
- Manutenção da estrutura física disponível e adoção de quesitos de acessibilidade no principal atrativo natural – Parque Chico Mendes em especial para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Presença de atrativos culturais com fluxo turístico, dos quais foram indicados como principais: Centro Histórico, Palácio Rio Branco e Gameleira;
- Evidência de conservação urbanística do entorno do principal atrativo cultural indicado;
- Adoção de quesitos de acessibilidade no principal atrativo cultural;
- Existência de eventos programados que atraem turistas, entre os quais: ExpoAcre, Arraial Cultural e Carnaval;
- O local onde acontece o principal evento programado indicado – ExpoAcre – conta com estrutura física boa, conservação urbanística e ambiental no seu

entorno e alguns quesitos de acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais;

- Existência de atrativos de realizações técnicas, científicas ou artísticas que atraem visitantes ao longo de todo o ano com interesse específico, independentemente de uma data especial no calendário de eventos, com destaque para a Igreja da Barquinha – Santo Daime, principal atrativo indicado nesta categoria; e
- São adotados quesitos de acessibilidade para pessoas com deficiência na Igreja da Barquinha – Santo Daime.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Inexistência de estudo de capacidade de carga ou suporte para o principal atrativo natural, a fim de minimizar o impacto da atividade turística sobre os recursos; e
- Inexistência de estudo de capacidade de carga para o principal atrativo cultural indicado.

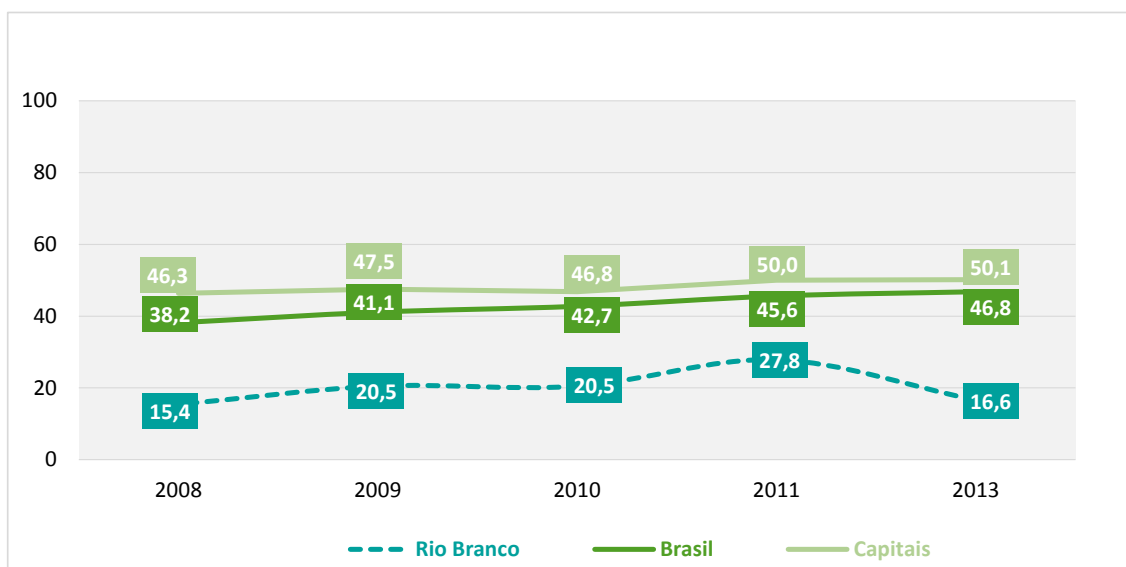
## 2.6. Marketing e promoção do destino

Na dimensão *Marketing e promoção do destino* foram consideradas as seguintes variáveis: (i) plano de marketing; (ii) participação em feiras e eventos; (iii) promoção do destino; e (iv) página do destino na internet (*website*).

Em *Marketing e promoção do destino*, a média Brasil em 2013 foi de 46,8. O destino registrou 16,6 nessa dimensão em 2013 (nível 1), um índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:



**Gráfico 7. Índices Marketing e promoção do destino – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das capitais avaliadas foi de 50,1 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador na dimensão *Marketing e promoção do destino* foi influenciado de forma positiva por fatores, entre os quais:

- Participação contínua em feiras e eventos de outros setores (não voltados especificamente ao setor de turismo) – Festival do Açaí, de forma a ampliar a promoção do destino para públicos específicos no mercado nacional;
- Avaliação dos resultados dos eventos dos quais o destino participa, por meio de pesquisa no próprio evento, contagem de relacionamentos estabelecidos e contagem de número de negócios efetivados. Esta prática ocorre em eventos de outros setores não diretamente ligados ao turismo;
- Existência de material promocional institucional disponível em idioma estrangeiro, que deixa claro, ao visitante, a preocupação com a preservação do meio ambiente; e
- O material promocional do destino passa por revisão ortográfica profissional.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Inexistência de plano de marketing formal para o destino, o qual poderia ser elaborado com a colaboração de diversos atores, contendo metas e seus indicadores de desempenho, atribuição de responsabilidades, e fundamentado

em pesquisa sobre a demanda turística, contemplando a relação com agências e operadoras;

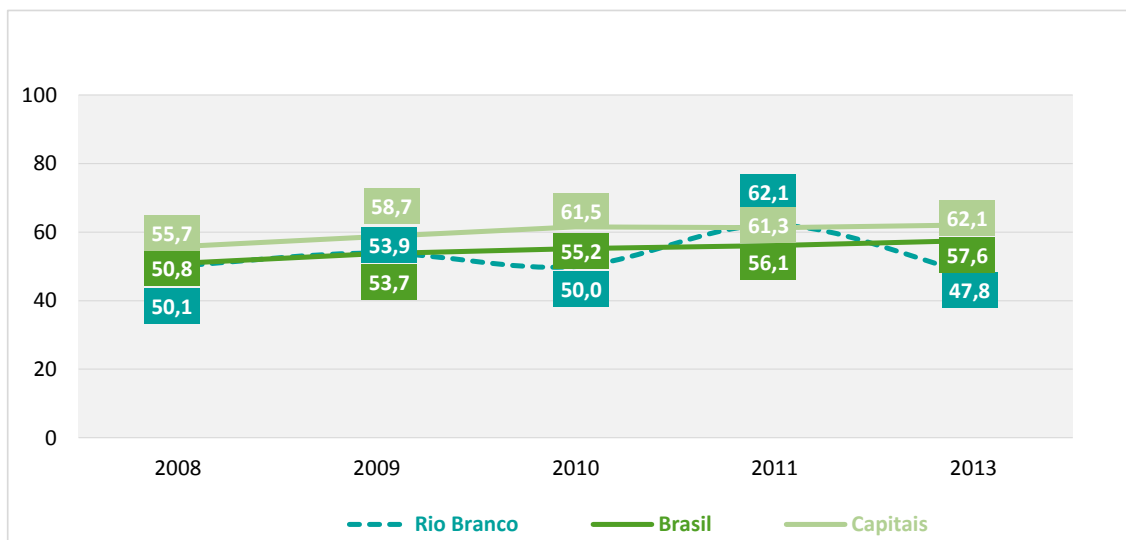
- Não existe plano similar de marketing regional, que estabeleça ações e metas de mercado para o turismo no destino;
- Não participação em feiras e eventos do setor de turismo, de forma contínua e institucionalizada;
- O destino não promoveu evento próprio para divulgar seus atrativos e equipamentos fora de seu território nos últimos cinco anos;
- O material promocional do destino não alerta o visitante sobre ações de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes;
- Inexistência de material promocional específico que apresente a estrutura disponível para eventos no destino e de agenda de eventos gratuita para consulta;
- Ausência de informações turísticas na página institucional do município na *internet* – acessível pelo endereço [www.riobranco.ac.gov.br](http://www.riobranco.ac.gov.br); e
- Ausência de página promocional de turismo que forneça informações sobre o destino para o turista.

## 2.7. Políticas públicas

Para avaliar a dimensão *Políticas públicas* foram considerados os seguintes aspectos: (i) estrutura municipal para apoio ao turismo; (ii) grau de cooperação com o governo estadual; (iii) grau de cooperação com o governo federal; (iv) planejamento para a cidade e para a atividade turística; e (v) grau de cooperação público-privada.

Em *Políticas públicas*, a média Brasil em 2013 foi de 57,6. O destino registrou 47,8 nessa dimensão em 2013 (nível 3), um índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 8. Índices Políticas públicas – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das capitais avaliadas foi de 62,1(nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Contribuíram de maneira positiva para a composição do indicador de competitividade nesta dimensão fatores como:

- Existência de um órgão municipal – Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil - com atribuição de coordenar ou incentivar o desenvolvimento do turismo - ainda que não exclusivo do turismo;
- A Fundação de Cultura desenvolveu, no ano anterior, projetos em conjunto com outras secretarias em atividades relacionadas ao turismo, entre eles, a promoção de eventos culturais;
- Recebimento de recursos provenientes de emendas parlamentares no ano anterior;
- Presença de instância de governança local ativa – em formato de Câmara Temática de Turismo - dedicada ao acompanhamento da atividade turística;
- Além de atuar em cooperação com o Ministério do Turismo em programas ou convênios, foram feitos investimentos diretos do governo federal no destino em projetos ligados ao turismo, no ano anterior na área de infraestrutura geral;
- Existência de Plano Diretor Municipal que contempla o setor de turismo; e
- Execução de ações em parceria com a iniciativa privada ou com entidades de classe representativas do setor ao longo do ano anterior.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

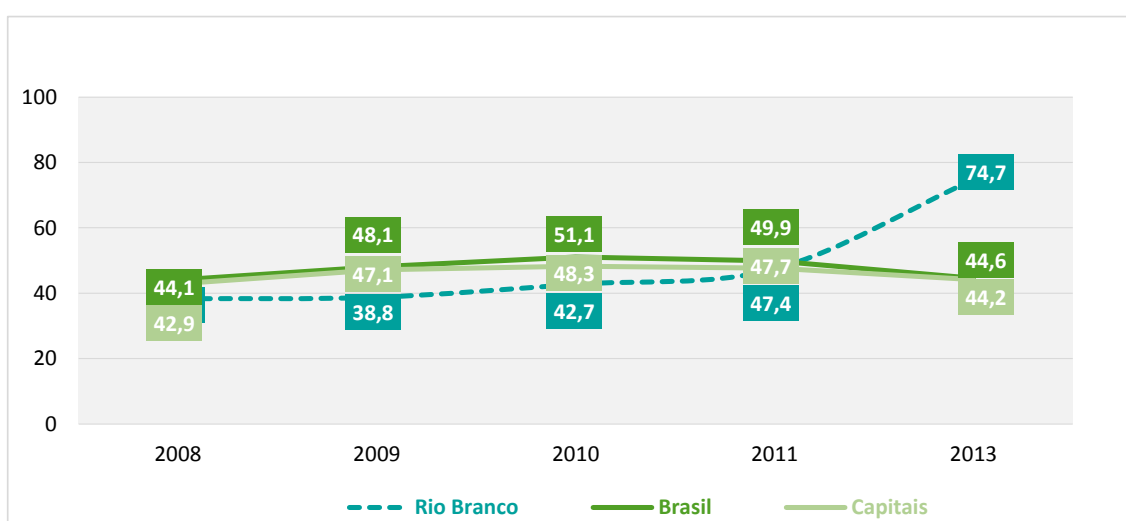
- O órgão gestor de turismo não é exclusivo da pasta turismo – Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil e não dispõe de fonte de recurso próprio extraorçamentário para coordenar e incentivar o desenvolvimento do setor;
- Não recebimento de investimentos diretos do governo estadual em projetos que visam ao desenvolvimento do turismo, no ano anterior; e
- Rio Branco não segue nenhum planejamento formal para o setor de turismo que defina diretrizes e metas do setor para os próximos anos.

## 2.8. Cooperação regional

O *Estudo de Competitividade* considerou as seguintes variáveis referentes à *Cooperação regional*: (i) governança; (ii) projetos de cooperação regional; (iii) planejamento turístico regional; (iv) roteirização; e (v) promoção e apoio à comercialização de forma integrada.

Em *Cooperação regional*, a média Brasil em 2013 foi de 44,6. O destino registrou 74,7 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 9. Índices Cooperação regional – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das capitais avaliadas foi de 44,2 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Na dimensão *Cooperação regional*, alguns dos fatores que exerceram impacto positivo sobre o índice foram:

- O destino faz parte de uma instância de governança regional – Vale do Acre – que conta com a participação ativa de diversos atores do segmento turístico da região de mesmo nome, e que foi constituída seguindo os princípios do Programa de Regionalização do Ministério do Turismo;
- A instância de governança regional dispõe de um gestor executivo com dedicação parcial à coordenação e realiza parcerias com os setores públicos e privados dos municípios que representa;
- A instância de governança regional mantém reuniões semestrais, dispõe de suporte – oferecido Governo Municipal, Estadual e iniciativa privada – para a condução de suas atividades;
- Foram realizadas ações seminários e oficinas para mobilizar atores do segmento turístico do destino para a importância da cooperação regional, no ano anterior;
- Existência de projetos de cooperação regional compartilhados entre o município avaliado e outros destinos da região do Vale do Acre, entre eles, Rota Internacional Pantanal, Amazônia, Andes e Pacífico;
- Existência de plano de desenvolvimento turístico integrado para a região – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Vale do Acre, no qual estão previstas atribuição de responsabilidades e metas de mercado, cujas ações e projetos contemplam o município avaliado;
- O destino integra roteiros regionais - Caminhos de Chico Mendes, Caminhos da Revolução, Conheça Rio Branco, Povos indígenas e biodiversidade, comercializados por operadores e/ou agências, elaborados com informações de inventário da oferta turística, estruturados com a participação de atores do *trade* turístico;
- A elaboração dos roteiros regionais dos quais o destino faz parte considerou questões de sustentabilidade, como os princípios de sustentabilidade constantes nos documentos do Plano de Regionalização e a Política de Meio Ambiente do Estado do Acre;

- No ano anterior, o destino participou de eventos para a promoção e comercialização dos roteiros regionais e da região turística dos quais faz parte, como a Semana Brasileira da Amazônia em Cuzco, e realizou ações promocionais, em parceria com outros destinos da mesma região, com agentes/operadores de turismo receptivo; e
- O destino produz/coproduz material promocional da região turística e de roteiros turísticos da qual faz parte.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador nesta dimensão, estão:

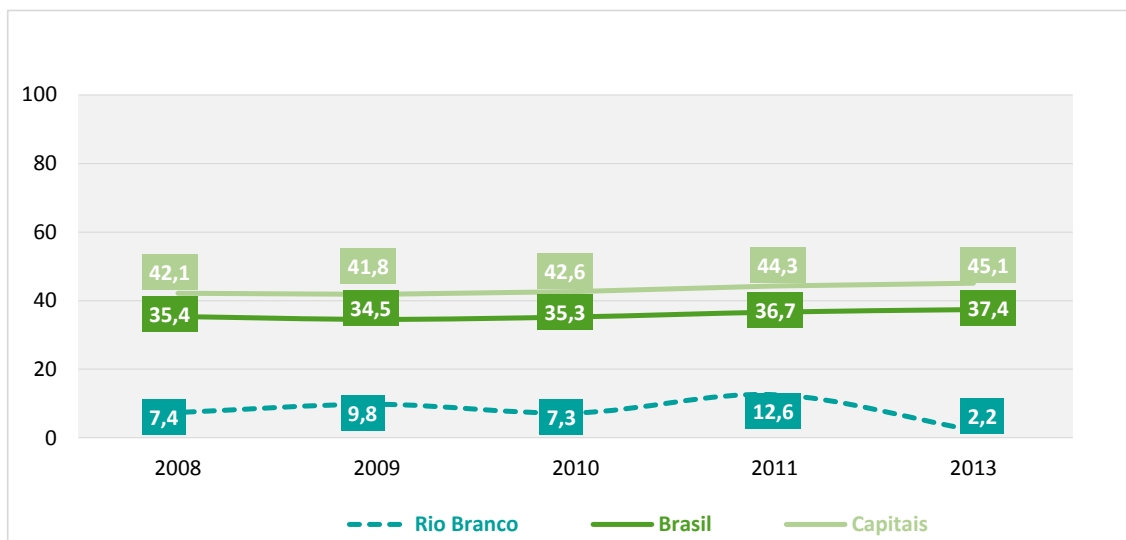
- A instância de governança regional – Vale do Acre – não está formalmente constituída e não conta com recurso próprio; e
- Inexistência de página institucional da região turística na internet.

## 2.9. Monitoramento

Na dimensão *Monitoramento* foram considerados os seguintes quesitos: (i) pesquisa de demanda; (ii) pesquisa de oferta; (iii) sistema de estatísticas do turismo; (iv) medição dos impactos da atividade turística; e (v) setor específico de estudos e pesquisas.

Em *Monitoramento*, a média Brasil em 2013 foi de 37,4. O destino registrou 2,2 nessa dimensão em 2013 (nível 1), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 10. Índices Monitoramento – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das capitais avaliadas foi de 45,1 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Na dimensão *Monitoramento*, o indicador foi influenciado de forma positiva por:

- Existência de pesquisa de oferta atualizada – Cadastramento de equipamentos e/ou atrativos turísticos; e
- Aproveitamento dos dados coletados na pesquisa de oferta em planejamento e políticas públicas.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Não realização de pesquisa de demanda periódica para coleta de dados relevantes para a gestão, o planejamento e a divulgação de informações sobre o destino;
- Ausência de um conjunto de estatísticas turísticas e de relatórios de conjuntura turística;
- Não acompanhamento dos objetivos da política em turismo em nível estadual e federal;
- Não monitoramento dos impactos econômicos, sociais ou ambientais gerados pelo turismo; e

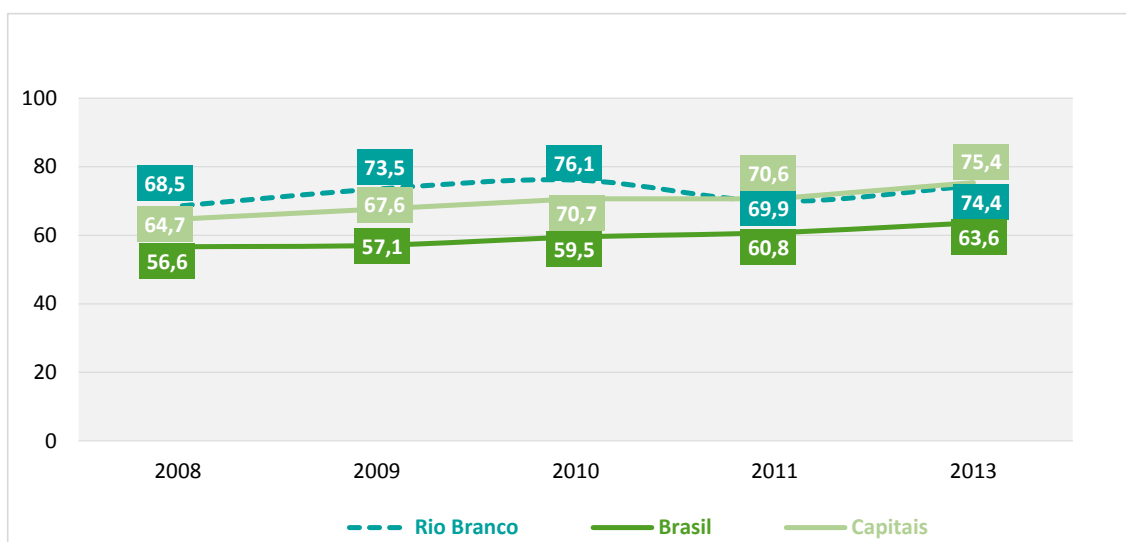
- A administração pública local não possui um setor específico de estudos que realize pesquisas em turismo.

## 2.10. Economia local

Para avaliar a dimensão *Economia local* foram considerados os seguintes aspectos: (i) aspectos da economia local; (ii) infraestrutura de comunicação; (iii) infraestrutura e facilidades para negócios; e (iv) empreendimentos ou eventos alavancadores.

Em *Economia local*, a média Brasil em 2013 foi de 63,6. O destino registrou 74,4 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 11. Índices Economia local – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das capitais avaliadas foi de 75,4 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Nesta dimensão, dados econômicos de fontes secundárias também foram observados, como o PIB, PIB *per capita* e volume de operações de crédito.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por fatores como:

- Acesso gratuito à internet em locais públicos – Centro Histórico, Gameleira e Mercado Velho;



- Presença de caixas eletrônicos de autoatendimento para saques com cartões de crédito internacionais;
- Existência de casas de câmbio para turistas estrangeiros;
- Existência de políticas locais ou regionais de incentivo à formalização de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços;
- Oferta de benefícios financeiros locais ou regionais (linhas especiais de financiamento) para empreendimentos e serviços ligados ao setor por meio do Banco da Amazônia;
- Atuação de um *Convention & Visitors Bureau*, ainda que não exclusivo do destino; e
- Existência de um polo de produção significativo – Industrial de beneficiamento da madeira – que movimenta a economia local, e gera fluxo turístico receptivo.

Entre os fatores que limitam a evolução do indicador, estão:

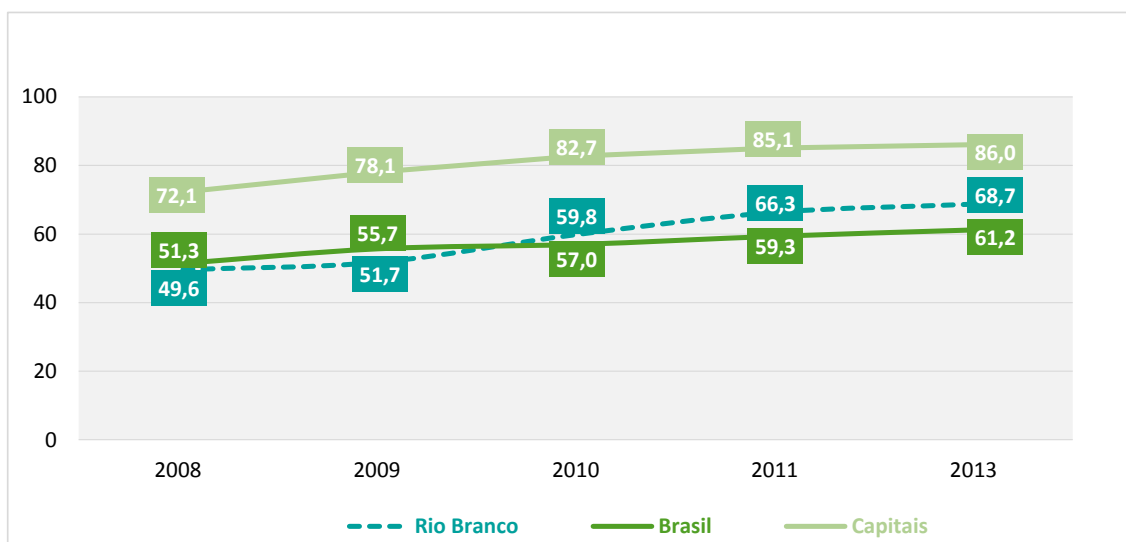
- Ausência de benefícios locais de isenção ou redução de impostos ou taxas para as atividades características do turismo.

## 2.11. Capacidade empresarial

O *Estudo de Competitividade* considerou os seguintes quesitos referentes à *Capacidade empresarial*: (i) capacidade de qualificação e aproveitamento do pessoal local; (ii) presença de grupos nacionais e internacionais do setor de turismo; (iii) concorrência e barreiras de entrada; e (iv) presença de empresas de grande porte, filiais ou subsidiárias.

Em *Capacidade empresarial*, a média Brasil em 2013 foi de 61,2. O destino registrou 68,7 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice acima do obtido pelo destino em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 12. Índices Capacidade empresarial – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das capitais avaliadas foi de 86,0 (nível 5), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de instituições de ensino com programas regulares de formação técnica, de formação superior, de cursos livres e de escolas de formação em idioma estrangeiro;
- Pessoal local qualificado para trabalhar em cargos de gerência ou administrativos em meios de hospedagem, de acordo com a opinião dos entrevistados;
- Presença de grupos de redes nacionais do setor de turismo, no segmento de locação de automóveis;
- Existência de adensamentos de empreendimentos turísticos que fomentam o empreendedorismo como arranjos produtivos locais; e
- Presença de empresas de grande porte, filiais ou subsidiárias com mais de mil funcionários e de empresas que exportam mercadorias de alto valor agregado e perecíveis.

Entre os fatores limitantes à expansão do indicador, estão:

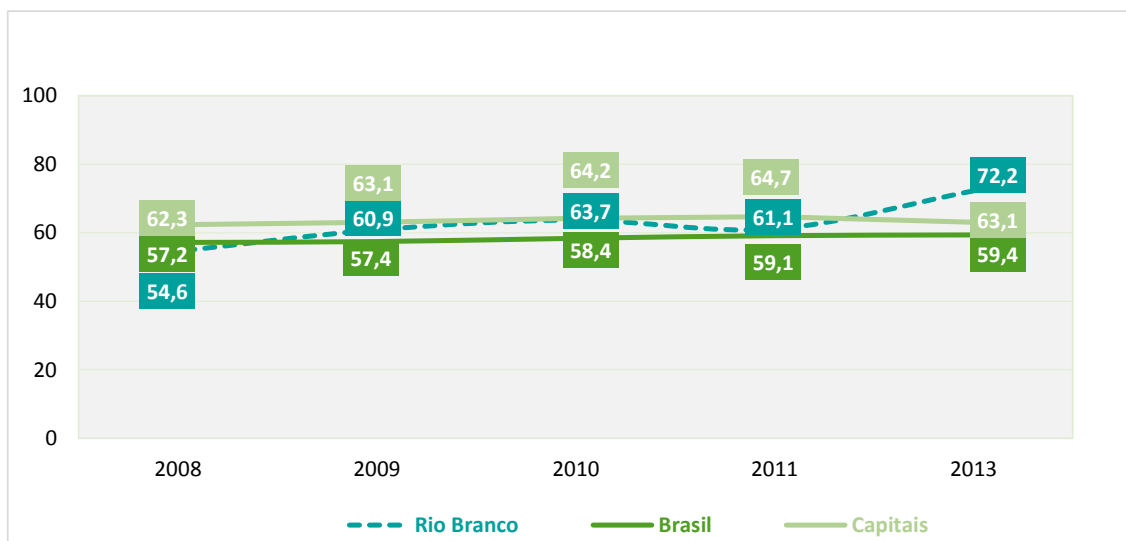
- Ausência de grupos de redes nacionais ou internacionais de meios de hospedagem.

## 2.12. Aspectos sociais

O *Estudo de Competitividade* considerou as seguintes variáveis referentes aos *Aspectos sociais*: (i) acesso à educação; (ii) empregos gerados pelo turismo; (iii) política de enfrentamento e prevenção à exploração sexual infanto-juvenil; (iv) uso de atrativos e equipamentos turísticos pela população; e (v) cidadania, sensibilização e participação na atividade turística.

Em *Aspectos sociais*, a média Brasil em 2013 foi de 59,4. O destino registrou 72,2 (nível 4) nessa dimensão em 2013, índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 13. Índices Aspectos sociais – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das capitais avaliadas foi de 63,1 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Indicadores sociais do município, como percentual de habitantes com acesso ao ensino, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e Índice de

Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), foram alguns dos dados considerados na composição do índice da dimensão *Aspectos Sociais*.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Investimentos em educação acima do percentual obrigatório de 25%;
- Não utilização de mão de obra informal durante a alta temporada, conforme relatos dos entrevistados;
- Adoção de políticas de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes por parte do poder público municipal;
- Existência de programas de incentivo ao uso dos equipamentos turísticos pela população local, ações contínuas realizadas por órgãos municipais;
- A população costuma ser consultada sobre atividades ou projetos turísticos por meio da Câmara Temática de Turismo e do Conselho Estadual de Turismo; e
- Envolvimento da sociedade civil com a atividade turística por meio de associações de moradores, sindicatos, ONGs/OSCIPs, cooperativas, e associações de classe.

Entre os fatores limitantes para a evolução do indicador, estão:

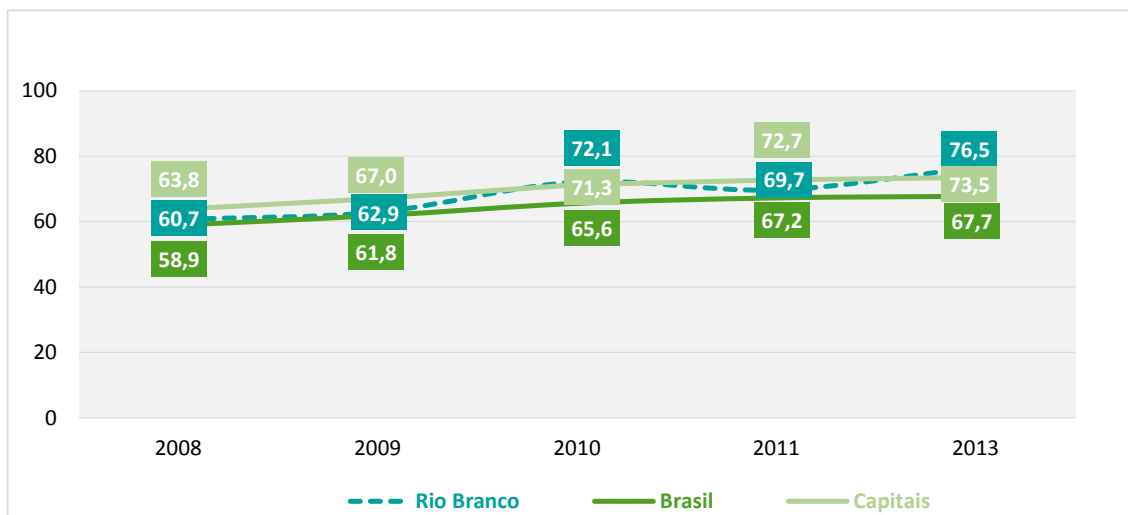
- Inexistência de programa específico de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo;
- Ausência de sensibilização dos cidadãos sobre os impactos da atividade turística para o destino, tanto positivos quanto negativos; e
- Ausência de sensibilização do turista para o respeito à comunidade local e para o respeito à cultura e ao patrimônio.

### **2.13. Aspectos ambientais**

Para avaliar a dimensão *Aspectos ambientais* foram considerados os seguintes aspectos: (i) estrutura e legislação municipal de meio ambiente; (ii) atividades em curso potencialmente poluidoras; (iii) rede pública de distribuição de água; (iv) rede pública de coleta e tratamento de esgoto; (v) coleta e destinação pública de resíduos; e (vi) unidades de conservação no território municipal.

Em *Aspectos ambientais*, a média Brasil em 2013 foi de 67,7. O destino registrou 76,5 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 14. Índices Aspectos ambientais – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das capitais avaliadas foi de 73,5 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de um órgão municipal com atribuição de coordenar ou incentivar a preservação do meio ambiente - Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- Existência de Conselho Municipal de Meio Ambiente ativo no destino;
- Existência de um Código Ambiental Municipal - Política Municipal de Meio Ambiente de Rio Branco - ACRE, Lei Municipal nº 1.330 de 1999, revisada em 2010 e Lei Municipal nº 1.459 de 2002;
- Não presença de atividades potencialmente poluidoras no território municipal;
- Rede pública de distribuição de água;
- Disponibilidade de sistema público de coleta de esgoto ainda que sem configurar separador absoluto;
- Destinação pública de resíduos sólidos residenciais e comerciais para aterro sanitário;
- Disponibilidade de serviços de coleta seletiva residencial; e

- Presença de Unidades de Conservação com atividade turística em território municipal – APA Raimundo Irineu Serra -, com conselho gestor ativo.

Entre os fatores limitantes para a evolução do indicador, figuram:

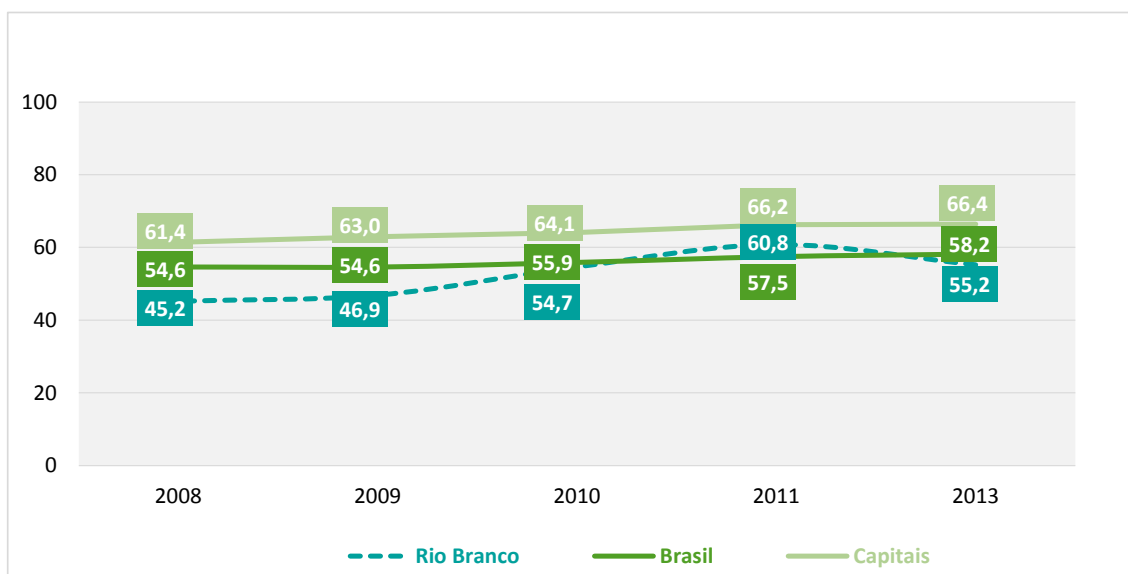
- Existência de ações judiciais públicas contra a vigência do Código Ambiental Municipal;
- Ausência de estação de tratamento de água para a sua reutilização;
- Inexistência de campanhas educativas periódicas para o uso racional da água;
- O sistema público de coleta de esgoto não adota configuração de separador absoluto; e
- Ausência de plano de manejo para a principal Unidade de Conservação indicada – APA Raimundo Irineu Serra.

#### **2.14. Aspectos culturais**

Nesta dimensão foram considerados os seguintes quesitos: (i) produção cultural associada ao turismo; (ii) patrimônio histórico e cultural; e (iii) estrutura municipal para apoio à cultura.

Em *Aspectos culturais*, a média Brasil em 2013 foi de 58,2. O destino registrou 55,2 nessa dimensão em 2013 (nível 3), um índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 15. Índices Aspectos culturais – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das capitais avaliadas foi de 66,4 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de atividade artesanal típica – semente/jarina, fibras, madeira, borracha – reconhecida em esfera local, nacional e internacional;
- Existência de culinária típica pela qual o destino é reconhecido em esfera nacional: baseada tucupi - risoto, tacacá, rabada no tucupi e pato no tucupi;
- Presença de tradições culturais evidentes e típicas do seu território ou da região onde está inserido e de manifestações religiosas no destino – Semana Santa, Marcha para Jesus e de Santo Daime;
- Existência de comunidade tradicional no território municipal – Indígena e Comunidade Irineu Serra – Santo Daime;
- Presença de grupos artísticos de manifestação popular tradicional: Movimento de Quadrilha Junina;
- Existência de sítio arqueológico tombado ou registrado – Tequinho e Jacó Sá;
- Existência de bens tombados como patrimônio histórico – Palácio Rio Branco, O casarão, Igreja Imaculada Conceição, Árvore da gameleira, Cacimba da capoeira, Parque Histórico Jose Plácido de Castro, Auto Santo, Tentamen;

- Presença de órgão da administração local com atribuição exclusiva de incentivar o desenvolvimento da cultura - Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil;
- Existência de legislação municipal de cultura e fundo municipal de cultura, este último exclusivo e efetivo;
- O destino aderiu ao Sistema Nacional de Cultura; e
- Monitoramento da utilização turística do patrimônio cultural por meio de controle de capacidade de suporte ou carga.

Entre os fatores limitantes à expansão do indicador, estão:

- Ausência de patrimônio imaterial registrado e de patrimônio artístico tombado;
- Inexistência de manutenção de calendário de manifestações culturais no destino;
- O destino não conta com projeto de implementação de turismo cultural.



### 3. BALANÇO GERAL – ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE

A Tabela 1 apresentada a seguir, consolida os resultados gerais do destino nas dimensões avaliadas. O índice geral é o resultado da soma ponderada das 13 dimensões, analisadas segundo a sua importância para a competitividade do turismo. É possível verificar ainda os índices do Brasil e do grupo das capitais, registrados nas últimas três edições do Índice de Competitividade.

Ao realizar uma análise sobre a série histórica dos resultados de Rio Branco, é possível concluir que, em 2013, houve evolução do indicador de competitividade do destino (Índice geral) em comparação com o ano anterior da pesquisa<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Como explicado anteriormente, para que o município possa comparar os resultados, é importante observar que se considerou, como estabilidade do índice, um aumento ou queda de até 1,0 ponto na comparação dos indicadores entre anos seguidos. Isto é, para que o destino considere que o índice evoluiu ou regrediu, é preciso que a diferença entre os resultados das pesquisas seja superior a 1,0 ponto, para mais ou para menos.

**Tabela 1. Índices de competitividade do destino e médias Brasil e capitais.**

| Dimensões                          | Brasil |      |      | Capitais |      |      | Rio Branco |      |      |
|------------------------------------|--------|------|------|----------|------|------|------------|------|------|
|                                    | 2010   | 2011 | 2013 | 2010     | 2011 | 2013 | 2010       | 2011 | 2013 |
| Índice geral                       | 56,0   | 57,5 | 58,8 | 64,1     | 65,5 | 66,9 | 52,9       | 56,4 | 58,4 |
| Infraestrutura geral               | 65,8   | 68,4 | 68,6 | 74,3     | 75,8 | 75,4 | 61,7       | 64,4 | 61,8 |
| Acesso                             | 60,5   | 61,8 | 62,6 | 72,0     | 74,0 | 74,9 | 66,0       | 71,1 | 73,9 |
| Serviços e equipamentos turísticos | 50,8   | 52,0 | 56,8 | 63,3     | 64,1 | 69,1 | 48,5       | 52,0 | 60,8 |
| Atrativos turísticos               | 60,5   | 62,0 | 63,2 | 59,5     | 61,3 | 62,9 | 48,2       | 51,2 | 59,6 |
| Marketing e promoção do destino    | 42,7   | 45,6 | 46,8 | 46,8     | 50,0 | 50,1 | 20,5       | 27,8 | 16,6 |
| Políticas públicas                 | 55,2   | 56,1 | 57,6 | 61,5     | 61,3 | 62,1 | 50,0       | 62,1 | 47,8 |
| Cooperação regional                | 51,1   | 49,9 | 44,6 | 48,3     | 47,7 | 44,2 | 42,7       | 47,4 | 74,7 |
| Monitoramento                      | 35,3   | 36,7 | 37,4 | 42,6     | 44,3 | 45,1 | 7,3        | 12,6 | 2,2  |
| Economia local                     | 59,5   | 60,8 | 63,6 | 70,7     | 70,6 | 75,4 | 76,1       | 69,9 | 74,4 |
| Capacidade empresarial             | 57,0   | 59,3 | 61,2 | 82,7     | 85,1 | 86,0 | 59,8       | 66,3 | 68,7 |
| Aspectos sociais                   | 58,4   | 59,1 | 59,4 | 64,2     | 64,7 | 63,1 | 63,7       | 61,1 | 72,2 |
| Aspectos ambientais                | 65,6   | 67,2 | 67,7 | 71,3     | 72,7 | 73,5 | 72,1       | 69,7 | 76,5 |
| Aspectos culturais                 | 55,9   | 57,5 | 58,2 | 64,1     | 66,2 | 66,4 | 54,7       | 60,8 | 55,2 |

Fonte: FGV, SEBRAE, MTur, 2013

\* O resultado Brasil considera a amostra das 65 cidades analisadas. Os resultados das "Não capitais" refletem a média dos índices do grupo de cidades de mesma característica geopolítica.



Ministério do  
Turismo

